

Memória e História do Processo de Construção da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde¹

A Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS) é um movimento organizado por um grupo de acadêmicos sanitaristas, profissionais ligados a atividades sanitárias destinadas à práticas de educação popular em saúde e militantes. Lugar de discussão de novas formas de atuação de profissionais de saúde frente à realidade dos serviços de saúde pública teve início em 1990, no Rio de Janeiro com o objetivo de produzir novos espaços de divulgação e reflexão de experiências; criar infraestrutura institucional de suporte à Articulação; lutar para aprofundar a participação popular no Sistema Único de Saúde (SUS); aprofundar caminhos metodológicos e; contribuir para a formação de recursos humanos do SUS, na perspectiva de valorização do saber e da iniciativa popular (Boletim ANEPS, 1992).

O surgimento do processo de articulação ocorreu em pleno processo de implementação do SUS, e iniciado após a aprovação da Lei 8080/1990. Dessa forma, sua configuração e ações estão relacionadas às diretrizes político-ideológicas e institucionais empreendidas pelos governos que levaram à cabo tal implementação. Em 1990, assume a Presidência Fernando Collor de Mello, tendo tido seu mandato cassado dois anos após seu ingresso e substituído pelo vice, Itamar Franco (1992-1995). Posteriormente, assume o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Os anos de 1990 são caracterizados por um intenso processo de descentralização política e financeira do Sistema – empreendido por meio da edição das Normas Operacionais Básicas 1991, 1993, 1996 e 1997 respectivamente - provocando disputas em torno da implementação das políticas de saúde.

¹ *Luciana Garritano Barone - Consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), atuando no Ministério da Saúde. E-mail: lugarritano@gmail.com*

Daniela Carvalho Sophia – Pesquisadora da Coordenação de Museologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). E-mail: danielasophia@mast.br

O estudo do processo de construção da Articulação evidencia um movimento de pessoas com uma experiência compartilhada de engajamento no chamado campo da Esquerda da Saúde, cuja identidade é construída na luta contra o sucateamento do SUS. Trata-se, sobretudo, de perceber o movimento como um *locus* de expressão de ideários e identidades, cujas raízes estão num imaginário mantenedor de utopias igualitárias de longa duração histórica: a democratização do direito à Saúde e a participação popular constituem o conjunto de ideias que dão os contornos à Articulação.

No âmbito do projeto do grupo, vigorava a defesa da idéia da democracia para além da representação e da institucionalidade: No contexto da militância do grupo, o ideal democrático passaria pela construção de uma esfera pública plural e inclusiva, onde os cidadãos pudessem se reconhecer como iguais e sujeitos de direitos. Um ponto relevante para esse projeto encontra-se na estratégia adotada pelo movimento, a saber: para atingir tal ideal, a ideologia ao longo do período se constituiu na busca uma incessante pela aplicação da educação popular em saúde no cotidiano dos serviços de saúde como estratégia para operacionalização de um sistema mais inclusivo, democrático e participativo, tendência materializada nas páginas dos Boletins produzidos – especialmente o Boletim do CONESP e o da REDEPOP, seus principais veículos de divulgação, assim como materializado na condução de suas atividades, direcionando as suas escolhas.

Como relatado por Eymard Mourão Vasconcelos, em entrevista realizada por Luciana Barone, durante a dissertação, em 2006, a Educação Popular em Saúde (EPS), para o grupo, se constituía como um campo de prática e conhecimento do setor saúde que se ocupa com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população. Utiliza-se, para tal empreendimento, os pressupostos contidos na *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (Freire, 1968). Figura, entre os integrantes do campo, a idéia de coletividade, de construção coletiva e do respeito ao outro e ao seu saber. Por detrás desse ideário, configura-se no país uma relação entre profissionais de saúde, intelectuais e a população voltada para novas formas de produção de conhecimento e de organização social. Desde a década de 1970, inúmeras experiências similares podem ser

registradas, tais como: Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), Movimento Popular de Saúde (MOPS), ações de sindicatos; trabalhos em prefeituras. Ocorria também o surgimento de serviços comunitários de saúde sem vínculos com o Estado, rascunhos das experiências de organização de ações de saúde integradas à dinâmica local.

Para que se possa estimar a relevância dessa contribuição na discussão sobre o rumo das políticas de saúde no país e seu forte conteúdo político, basta evocar os vários projetos e programas alternativos que eclodiram nos municípios de Montes Claros, Niterói, Jequitinhonha, Paulínea, Londrina, Campinas e Curitiba; há estreitos e seguidos intercâmbios entre essas experiências municipais neste período. Eles conhecem rápida propagação e dão lugar à estruturação de um pensamento médico denominado “contra-hegemônico”, identificado como aquele que junta críticas a experiências nas instituições gestoras dos serviços de saúde ou que enunciam novos parâmetros definidores da política de saúde, assim como em outros *loci* da máquina governamental do setor. Compõe-se, assim, um dado capital social desse grupo que viria contribuir na constituição das práticas de educação popular em saúde. Os discursos do período revelam modo de identificação desses médicos como críticos de práticas que estão sendo revistas. Cria-se com esses conceitos, elementos daquilo que Castels denomina como identidade de projeto, quando os sujeitos, utilizando-se de tal capital, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social.

Quando comparado aos demais campos relacionados à formação médica centrado no modelo da assistência à saúde, a Educação Popular em Saúde possui duas peculiaridades: A primeira delas é a restauração da imagem de uma prática médica de proximidade entre profissionais de saúde e sujeitos a serem atendidos, de atendimento integral à saúde, com abandono da medicalização, um conjunto de ideias que logo traduzirá o ideal do “médico de família”, borrado na tendência à especialização e ao distanciamento da relação médico-paciente. Desse ideal de prática médica nasce e se desenvolve um projeto sócio-político tido como progressista, de inovação do setor

saúde de intervenção e transformador dos serviços e do sistema de saúde, que se imporá mediante a mobilização permanente de uma frente política de profissionais de saúde. A segunda reside na constatação de que nesse projeto engajado politicamente se dá o desenvolvimento de uma teoria crítica da saúde. Logo, além de trazer a prática da educação popular para o centro das reflexões, a motivação que os levou a unirem-se na constituição do campo, pode oferecer pistas para decifrar as ações presentes no campo denominado como a esquerda da Saúde.

Reinventando tradições, o movimento que teve lugar no início dos anos de 1990 parece – à despeito dos movimento antecessores - ter surgido no contexto de discussão de novas formas de atuação dos profissionais de saúde frente à realidade dos serviços de saúde com uma função de natureza político-ideológica, visando concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas, notadamente aquelas empenhadas em pugnar pela adoção de medidas que promovam práticas e preceitos da educação popular no cotidiano dos serviços. Muito interessante perceber que o exame preliminar de símbolos, presentes em discursos e práticas dos atores que participaram do movimento de educação popular em saúde na década de 1990, confirmam a atualização de utopias igualitárias impulsionadoras de lutas de intelectuais da saúde contra as desigualdades do país e de transformações de seus sentidos. Desde os anos 1970, movimentos de ideias e práticas tem moldado teorias, conceitos e ações programáticas do setor, tornando possível localizá-las em histórias de vida, teses e falas, e em acontecimentos protagonizados por alguns desses intelectuais, dando certa concretude a essas utopias.

São estes os anseios que parecem, pois, estar por detrás de tal lema, embalando a ação dos articuladores do movimento como Vitor Valla, Eymard Mourão Vasconcelos, dentre outros, e, mais adiante, de novos quadros que chegavam. Parecia existir um pacto secreto que os ligava por meio de uma visão histórica como uma luta permanente entre oprimidos e opressores, em direção à superação das injustiças sociais. O resultado é que papéis sociais foram distribuídos de acordo com a dinâmica existente. Os sujeitos, de

muitos modos, apropriaram-se então desses papéis, atribuindo a eles um significado singular – o que Stuart Hall denomina por identidade².

Constata-se, nesse trabalho, a relevância do movimento na configuração do desenho da Política de Saúde nos idos de 1990 e 2000, sobretudo após o início da gestão do Presidente Luiz Inácio da Silva, a partir de 2003. Na literatura sobre o tema examinada, os autores são enfáticos em reconhecer, identificar e ressaltar em suas obras a relevância das experiências pregressas que culminaram com a criação, em 2003, da Articulação Nacional de Educação Popular em Saúde (ANEPS), tema que será objeto desse trabalho.

Primeiro Marco: a organização do movimento educação popular em saúde

Em dezembro de 1991, foi criada a Comissão Nacional de Educação Popular em Saúde (CONEPS) com o objetivo de coordenar e dinamizar o movimento, a partir da organização do I Encontro nacional de Educação Popular em Saúde. A ação da Comissão teve continuidade com o surgimento de algumas outras demandas centrais, como a edição de um boletim e a organização de mesas redondas e simpósios. Composta por intelectuais como Victor Valla, Eduardo Stotz e seguidores como Mônica Assis, era responsável pela organização das atividades do grupo, pelo recebimento de cartas e por manter viva a interlocução entre experiências nacionais e de outros pontos da América Latina, como a Argentina.

No âmbito da Comissão, foi criado o Boletim do CONEPS, dando visibilidade a questões pertinentes a organização de um movimento que tivesse como objetivo articular práticas e grupos comprometidos com a temática da educação popular em saúde. Durante o período de 1991 a 1998, foram produzidos nove boletins. Dessa maneira, a formação da CONEPS veio a ser uma maneira de gerar a circulação das ideias do grupo em textos impressos, com uma “política” editorial particular, coordenada, sistematizada e definida (BOLETIM CONEPS, n1). Os membros da

² Hall, 2003.

Comissão seriam também responsáveis pela editoração do periódico - desde a escrita dos textos até sua confecção (custo, tamanho, tiragem, diagramação) e postagem.

Os textos do Boletim eram elaborados e editados pelo historiador Vitor Vicent Valla, pelo médico Eymard Vasconcelos (atual membro da REDEPOP e do GT da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva - ABRASCO) e a assistente social Mônica de Assis (também membro da REDEPOP e GT da ABRASCO). O trio contava com os colaboradores Elisabeth Smeke de Campinas/SP (atual membro da Rede e da ANEPS-SP), Vera Lúcia Dantas (atual membro da REDEPOP e da ANEPS-CE) e Maria do Socorro Figueiredo (membro do Núcleo Executivo da ANEPS-RJ, nos primeiros anos de sua criação).

O primeiro exemplar foi produzido em agosto de 1992. Nele, consta a informação que o movimento seria composto por 23 profissionais de saúde e educadores integrantes de oito estados e que 348 pessoas já haviam participado das reuniões de articulação em 21 estados e em outros três países (Argentina, México e Espanha). No terceiro Boletim, produzido em 1994, consta o número de 1.200 integrantes cadastrados por todos os estados brasileiros. Em 1994, no Boletim nº 3, foi anunciada a sede da Comissão: o Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina (CEPEL). O endereço para correspondência oscilou, ao longo dos exemplares, entre uma sala em Olaria e o Departamento de Endemias da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Os principais temas abordados nos Boletins versavam sobre controle social (ou controle público da saúde, termo defendido pelos intelectuais da EPS), rede nacional de parcerias tradicionais, a Coordenação de Informação, Educação e Comunicação (IEC) do Ministério da Saúde, congressos, encontros, relatórios dos momentos presenciais, dentre outros. As sessões intituladas Relatos de Experiências e Carta dos Leitores recebiam correspondências de diversos cantos do país. Eram relatos de atividades, congratulações pela iniciativa e divulgações de eventos. Também foi criada a sessão Mapeando a Produção na Área, que apresentava livros e artigos sobre Educação e Saúde e EPS.

Ao representar os interesses, objetivos e metas da Comissão, faz-se imperioso destacar que o Boletim do CONEPS se constituía, sobretudo, em um instrumento político de divulgação grupo. Uma característica marcante da revista, esboçada a partir de 1990, foi o espaço reservado para defender a ideia de que a consolidação do controle social seria um dos principais desafios na implementação do Sistema Único de Saúde. “As desigualdades de acesso à informação, ligadas à tradição política autoritária do país, e a sistemática difusão da lógica individualista e privatizante nos meios de comunicação de massa, são fatores que estariam dificultando o processo.” (CONEPS, 1995:1)

Segundo Marco: o surgimento da REDEPOP

A criação da Rede de Educação Popular em Saúde (REDEPOP), em 1998, representa a continuidade da Articulação anterior. A Rede se constitui em uma articulação de profissionais de saúde, pesquisadores e lideranças de movimentos sociais que defendem a centralidade da Educação Popular como estratégia de construção de uma sociedade mais saudável e participativa, bem como de um sistema de saúde mais democrático e adequado às condições de vida da população (REDEPOP, 2004).

A Rede produzia publicações, como o Boletim Nós da Rede e o livro intitulado “A Saúde nas palavras e nos Gestos: reflexões da Rede de Educação Popular em Saúde”, com 21 autores, dentre os quais muitos atuantes na CONEPS. Contava-se com o peso político de pessoas atuantes em instituições públicas e começava-se a utilizar a estrutura dos congressos promovidos pela ABRASCO.

A partir de 1999, ao se apropriar da *internet*, o movimento passa a adquirir maior projeção nacional. A nova estrutura, mais organizada e dinâmica, reforçou a identidade do movimento, esteve presente em diversos fóruns e na interlocução com o MS e as secretarias estaduais e municipais de Saúde, “defendendo os princípios da Educação Popular como instrumento de gestão das práticas sanitárias”. A REDEPOP simboliza a diversificação das formas de comunicação. A lista de discussão pela *internet*, somada à página virtual, aos boletins e às novas publicações na área, como a Revista de Atenção

Primária à Saúde, revigoraram o movimento de EPS e constituem-se em fontes para se conhecer a Rede.

Em agosto de 2001, a Rede foi a responsável pelo II Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde do qual participaram cerca de 650 pessoas de todo o país. O Encontro ocorreu durante o II Seminário sobre Educação e Saúde no Contexto da Promoção da Saúde, organizado pelo Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Brasília (UNB), em Brasília.

A Revista Tema de novembro/dezembro de 2001 (Revista Tema, 2001), que cobriu todo o evento, em seu editorial, colocava que pretendia refletir as peculiaridades da área da EPS e apontava como sendo a mais significativa o respeito profundo à diversidade de saberes e à maneira dialógica de avançar em direção ao(s) conhecimento(s). E mais, ainda justificou a ilustração da publicação com as fotos das atividades, devido ao clima festivo, “uma regra na convivência dos profissionais e militantes da área.” (Radis, 2001:2)

Não demorou muito para a REDEPOP passar a ocupar outra arena política: os Grupos de Trabalho da ABRASCO. O Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde da Abrasco é considerado um “importante espaço de poder”, conforme costuma colocar Eymard, e no qual o movimento de EPS parece se reafirmar constantemente. Segundo o Nós da Rede (2004), a criação da lista de discussão pela *internet*, que é considerada uma das mais ativas do setor Saúde, deu-se em conjunto com a organização do referido GT.

Terceiro marco: O surgimento da ANEPS

O arranjo recente deste movimento de EPS recebe o nome de ANEPS, lançada em 2003, em Brasília, momento no qual já iniciou o processo de instituição de Articulações em diferentes estados da federação. Segundo seus documentos e participantes, a ANEPS foi criada em 15 de julho daquele ano, sendo uma iniciativa de organizações nacionais, tais como a REDEPOP, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Direção

Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), o Movimento de Reintegração dos Atingidos pela Hanseníase (MORHAN), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Saúde e Alegria/ Grupo de Trabalho da Amazônia, o Movimento Popular de Saúde e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR- Brasil).

A ANEPS surge com o objetivo de articular movimentos e práticas de EPS em todo o país de modo a dar visibilidade e reconhecimento as suas experiências e reivindicações, iniciando um processo de reflexão e de sistematização capaz de contribuir, na perspectiva da Educação Popular, para a formulação e implementação de políticas de Saúde. Esta Articulação tem tido parceria e apoio técnico-operacional formal, no qual se inclui o apoio financeiro, da Secretaria de Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde (SEGETS) do Ministério da Saúde (MS), por meio da Coordenação Geral de Ações Populares de Educação em Saúde. De 2003 a 2004 foi desenvolvida, pela Articulação com o apoio do MS, uma pesquisa para mapeamento de práticas e movimentos. Na época, membros da REDEPOP, como José Ivo Pedrosa, trabalhavam na Secretaria.

Em entrevista à Luciana Barone, em 2006, Graciela Pagliaro, participante da ANEPS-RJ e coordenadora da referida pesquisa, relatou que a ANEPS representa uma possibilidade de se conhecer quem são e o que fazem os atores sociais dos movimentos sociais. “Esta articulação é uma iniciativa da Rede Nacional de Educação Popular e Saúde junto a setores sociais como o DENEM, a Setorial Saúde do MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o MORHAN, dentre outros viabilizada por apoio do Ministério da Saúde. O objetivo é pensar formas de articular as várias iniciativas de organização de movimento sociais da sociedade civil de caráter popular, de modo a possibilitar a construção de uma agenda pública comum entre vários movimentos sociais e a elaboração de uma política voltada para os mesmos (ANEPS, 2004).

A ANEPS-RJ se constituiu numa tentativa de diminuir a distância entre intenções e gestos, na esperança de tornar possível /plausível/ real uma participação popular no

movimento de EPS iniciado na cidade do Rio e que se ampliou e se consolidou como uma rede nacional, se integrando aos diversos e polissêmicos movimentos de EPS existentes não só em outros Estados, como também no Rio de Janeiro, mas ainda com poucos integrantes das classes populares. A construção da ANEPS-RJ representou, sobretudo, a construção de uma nova arena política da Saúde, uma vez que é dentro da Articulação que seus participantes praticam políticas culturais, acordam novas parcerias (como as existentes entre movimentos populares, Secretarias, Conselhos, Instituições Privadas, ONGs) e reinventam a participação na Saúde.

Em 17 de junho de 2009, o Ministério da Saúde instituiu, por meio da Portaria 1.256/GM, o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS) que tomou posse no dia 16 de dezembro de 2009, em Brasília, com os seguintes objetivos: 1) participar da formulação, bem como acompanhar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS; 2) colaborar com a elaboração de estratégias de mobilização, a fim de garantir a construção democrática e descentralizada da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS; 3) acompanhar os acordos negociados entre o Ministério da Saúde e os movimentos sociais referentes às práticas de Educação Popular em Saúde; 4) apoiar os movimentos, as entidades e instituições com vistas ao desenvolvimento da Educação Popular em Saúde; 5) contribuir para o fortalecimento da luta pelo direito à saúde e em defesa do SUS, por meio da participação popular, identificando, divulgando e promovendo novos canais de participação popular e controle social, assim como colaborando com os já instituídos conselhos e conferências, dentre outros.

Para finalizar, ressalta-se ser possível perceber que esta mobilização de EPS tem a ver com a Reforma Sanitária brasileira, que transformou a política de saúde do país, no final da década de 1980. Muitos militantes perpassaram diferentes frentes de ação, envolvidos em tensões decorrentes da apresentação de propostas distintas de transformações nas políticas, os membros do movimento passaram a buscar constantemente atualizações em suas carreiras acadêmicas e profissionais.

É significativo o fato dos membros da Articulação, desde a fase da Comissão até a atual, na mesma linha dos que se tornaram referências no Movimento de Reforma Sanitária, terem obtido oportunidades de atuação na estrutura governamental ao longo do período, ocorrência que demonstra a porosidade da política à influência das propostas e intervenções desses grupos. Dando um sentido mais amplo à participação, demarcaram não só um espaço de atuação, como também reivindicaram o reconhecimento de seu papel no conjunto das transformações conjunturais.

O exame empreendido durante a pesquisa de mestrado apontou alguns elementos que pareceram significativos o bastante para a história da entidade. Em primeiro lugar, a necessidade de dar maior amplitude à história da construção da ANEPS. Isso significa criar condições para que instituições, grupos de intelectuais e ideias localizadas nesse processo possa ser exploradas e, conseqüentemente, incluídas na história do evento. Também se identifica a necessidade de explorar novos arquivos e fontes que ainda não haviam sido incorporados a um certo roteiro do campo da historiografia do movimento.

Conclui-se com o registro de que o surgimento e a atuação da ANEPS, bem como conquistas e controvérsias que movimentaram seus integrantes, parecem não terem se tornado objeto de estudo mais sistemático. Como se tentará demonstrar na continuação desta pesquisa, a experiência histórica da ANEPS justifica um olhar mais atento e cuidadoso por parte de pesquisadores, do historiador, assim como um esforço de pesquisa para trazê-la aos debates da historiografia da Saúde Pública, já que se trata de tema novo, no qual os trabalhos sobre o período ainda não dedicaram maior atenção.

A história da Articulação é, por si só, um atrativo para o historiador da Saúde, principalmente se levarmos em consideração os boletins produzidos pelo grupo, constituindo relevante fonte para estudos sobre a história do processo de implementação do SUS, sobre as diferentes conjunturas governamentais na área da saúde, assim como as relações, redes e alianças que seus editores fizeram e continuam a fazer.

Bibliografia:

ANEPS, 2003. Projeto para Financiamento de Encontros Estaduais e Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde. Rio de Janeiro: 18 ago.

ANEPS, 2004. Relatório da pesquisa *Perfil dos movimentos e práticas em educação popular e saúde no Brasil, 2003*. Mimeo, Brasília: ANEPS/MS.

ANEPS-RJ, 2004. Projeto de Ampliação e Estruturação da ANEPS Núcleo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: jul.

ANEPS, MS. CATÁLOGO DE MOVIMENTOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE 2003. ANEPS e MS. <http://www.redepopsaude.com.br/principais/index-> Consultada em 10/06/2005.

ALBUQUERQUE, P. C. de & STOTZ, E., 2004. A Educação Popular na Atenção Básica à Saúde no Município: em busca da integralidade. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 8: n.15 mar/ago: p259-74. Botucatu: Editora UNESP.

ARAÚJO, M. P. N., 2000. *A Utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

BEISIEGEL, C. de R., 1974. *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Pioneira.

_____, 1982. *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Editora Ática.

BEZERRA, A., 1977. *As Atividades em Educação Popular*. Apud BRANDÃO, C. R. (org.), 1980. *A Questão Política da Educação Popular*. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora s.a.

_____, 1978. *As Atividades em Educação Popular*. *Educação Popular II – CEI Suplemento*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença.

BRANDÃO, C. R. (org.), 1980. *A Questão Política da Educação Popular*. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora S.A..

BRASIL, MS. Portaria 1.256/GM, de 17 de junho de 2009.

_____, 1982. Lutar com a Palavra. p.42. Rio de Janeiro: Graal. Apud VASCONCELOS, E. M., 1998. Educação popular como instrumento de reorganização das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. 14. supl.2: 43. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

BRANDÃO, C. R., 1984. Educação Popular. . São Paulo: Livraria Brasiliense Editora S.A..

_____, 2001. A Educação Popular na Área da Saúde. IN: VASCONCELOS, E. M., 2001. A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexões da Rede Educação Popular em Saúde. São Paulo: Editora HUCITEC.

CARVALHO, M. A. P., ACIOLI, S. & STOTZ, E. N., 2001. O Processo de Construção Compartilhada do Conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. IN: VASCONCELOS, E. M., 2001. A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexões da Rede Educação Popular em Saúde. pp.101-114. São Paulo: Editora HUCITEC.

CASTELLS, M. (Editora Paz e Terra). A Sociedade em Rede. São Paulo, 1999.

FERREIRA, J., 2002. Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930 – 1956). Niterói e Rio de Janeiro: EdiUFF e MAUAD.

FREIRE, P., 1978. Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. 3ª Ed.. São Paulo: Editora Paz e Terra.

_____, 2002. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra.

_____, 2002. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 23ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.

GONTIJO, R., 2005. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. IN SOIHET, R., BICALHO, M., F. B. 7 GOUVÊA, M. F. S. (orgs). Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad.

HALL, S. 2003. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HOBBSAWN, E., 2002. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra.

LEGISLAÇÃO DO SUS, 2003. 3ªEd. Rio de Janeiro: Central de Concursos/ Degrau Cultural.

LOWY, M., 2005. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o Conceito de História”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo.

NORA, P., 1978. Mémoire collective. Apud. LE GOFF, CHARTIER, R. & REVEL, J. (org.), 1978. La nouvelle histoire. Retz, Paris. IN: LE GOFF, J., 1996. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão et al. 4ª Ed. Campinas: Editora UNICAMP.

SOPHIA, D. C., 2005. Os Intelectuais da Saúde e a Invenção das Utopias: 1970-1990. Dissertação de Mestrado. Niterói: ESS/UFF.

_____, Cebes e o Movimento de Reforma Sanitária: História, Política e Saúde Pública (Rio de Janeiro, 1970-1980). - Rio de Janeiro: 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ

VALLA, V. V., 1998. Movimentos Sociais, Educação Popular e Intelectuais: entre algumas questões metodológicas. IN: FLEURI, R. M. (org.), 1998. Intercultura e Movimentos Sociais. Florianópolis: Mover/NUP.

_____, 1999. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. v.15 supl.2. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

_____, 2003. Educação popular, religião e pobreza. Trabalho apresentado no GT de Educação Popular da ANPED, Caxambu, 2003.

_____, 2004. “Educação Popular, Religião e Pobreza. Palestra realizada na Faculdade de Enfermagem da UERJ, em 30 de abril de 2004.

_____, 2005. “Entrevista”. Trabalho, Educação e Saúde. V.3 n.1,p.227-238. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ”.

VASCONCELOS, E. M., 1998. Educação Popular como Instrumento de Reorientação das Estratégias de Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias. V.14 supl.2 Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.

_____, 2000. Os Movimentos Sociais no Setor de Saúde: um esvaziamento ou uma nova configuração? IN: VALLA, V. V. (org.), 2000. Saúde e Educação. Rio de Janeiro: DP&A editora.

_____, 2001. A Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede Educação Popular em Saúde São Paulo: Editora Hucitec.

_____, 2001. Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família. 2ª Ed.. São Paulo: Hucitec, Sobral: Uva.

Periódicos Consultados

BOLETIM DA ANEPS-RJ, 2006. Boletim nº2. abril 2005-abril2006.

BOLETIM DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE (1992/1998)

NÓS DA REDE – Boletim da Rede de Educação Popular e Saúde.

REVISTA TEMA, 2001. Educação Popular em Saúde. nº21. nov/dez. Rio de Janeiro: RADIS/ENSP/FIOCRUZ.

REVISTA RADIS, 2005. nº 33. mai. Rio de Janeiro: Ensp/Fiocruz